

Título

Os Guerrilheiros da Morte

Autor

Manuel Joaquim Pinheiro Chagas

**Direitos Reservados
para Actualização Ortográfica**

© Esfera do Caos Editores Lda

Design

Flukstudio

Impressão e Acabamento

Papelmunde SMG Lda

Depósito Legal

XXXX

ISBN

989-8025-03-4

1ª EDIÇÃO

2006

ESFERA DO CAOS EDITORES LDA

Campo Grande

Apartado 52199

1721-501 Lisboa

esfera.do.caos@netvisao.pt

ÍNDICE

PRÓLOGO DA QUARTA EDIÇÃO (1873)	9
I O embaixador inglês	13
II O Tratado de Fontainebleau	27
III A partida para o Brasil	37
IV No teatro do Salitre	55
V Jaime Cordeiro de Altavila	65
VI A marcha de Junot	77
VII Influência de Napoleão nos amores de Jaime	93
VIII Um outeiro em Évora	111
IX O saltimbanco espanhol	123
X A vingança de Loison	133
XI Os milagres de Benito	147
XII Uma ópera de Marcos Portugal	159
XIII O pecado de Madalena	175
XIV Morte de Bernardim Freire Encontro de Madalena	185
XV A catástrofe da ponte	203

Prólogo da Quarta Edição

O sucesso, verdadeiramente maravilhoso, deste livro, que atingiu, no espaço de um ano, a conta, entre nós quase fabulosa, de quatro edições, veio provar que o público está longe de se deixar cativar, tanto quanto se imagina, pelas grandes máquinas francesas, e que, se lê avidamente os livros de Ponson du Terrail, as aventuras do fantástico Rocambole e as histórias ainda mais fantásticas da adulterada mocidade de Henrique IV, é porque não encontra livros portugueses que lhe ponham em acção, debaixo dessa forma dramática, tão poderosa sobre a alma popular, as cenas mais comoventes ou mais sublimes da nossa história tão fértil em grandes acontecimentos.

Eu suponho que o mérito único dos *Guerrilheiros da morte*, o que verdadeiramente cativou a atenção e a benevolência do público, está na dramatização das muitas cenas históricas que abundam no livro. O enredo inventado é um fio tenuíssimo, que apenas serve para ligar entre si a narração dos factos verídicos. Os capítulos que mais impressionaram os leitores foram exactamente aqueles em que eu narrava ora as hesitações dos habitantes da Ajuda na véspera da invasão francesa, ora a fuga da família real para o Brasil, ora a marcha de Junot, ora o assassinio de Bernardino Freire de Andrade, tudo cenas tiradas da realidade e

em que procurei apenas conservar severamente aos personagens e aos acontecimentos o seu carácter verdadeiro e histórico.

As grandes aventuras dos povos e das pessoas que existiram realmente e cuja memória vive nos anais das nações, hão-de sempre interessar mais o público do que as fantasiadas peripécias da falsa existência de personagens criados pela imaginação dos romancistas. O sucesso, não já só dos *Guerrilheiros da morte*, mas de todas as publicações da *Biblioteca Universal*, de todos os romances históricos editados por essa empresa, prova que esse género, que une o útil ao agradável, esse género tão instrutivo quando é tratado com acerto, e instrutivo não tanto, como se diz, por ensinar ao povo, debaixo de uma forma agradável, os factos sucedidos nas épocas passadas – porque esses, enleados com os acontecimentos criados pelo autor, podem deixar nos espíritos dos ignorantes uma ideia falsa dos factos –, mas porque nos faz penetrar na compreensão da índole, das tendências, dos costumes das gerações pretéritas, prova pois que esse género está merecendo altamente as simpatias do público e pode desabituá-lo, enfim, das enfermas concepções do cérebro francês na época de decadência intelectual do segundo império.

Aí vão afrontar o público, em quarta edição, os *Guerrilheiros da morte*. As duas reedições antecedentes, feitas em condições de grande rapidez para satisfazerem as exigências febris do mercado, na flor do sucesso do livro, não puderam ser revistas pelo autor com a pausa conveniente. Hoje tratei de expurgar de erros tipográficos, raros ainda assim, este feliz volume. Quase limito a isso as minhas correcções. Alguns dos meus amigos lamentaram que eu tivesse apertado em tão estreito quadro um período grande da guerra peninsular, o que vai de 1807 a 1809. O defeito, se o há, é irremediável. Não iria agora refundir completa-

mente o trabalho já feito. Mas o campo aberto ao roman-
cista por essa guerra heróica e aventureira é tão vasto que
ainda fica muito para ceifar, não só aos outros, mas a mim
também, que me não desfaço dos intrépidos populares da
guerra da península, nem dos valentes soldados de Beres-
ford. Já o meu exemplo foi brilhantemente seguido pelo
distinto escritor, o Sr. Alberto Pimentel, que no *Anel mis-
terioso* de novo traçou alguns dos grandes quadros da
nossa tremenda luta com os exércitos franceses.¹

Outubro de 1873

Pinheiro Chagas

¹ Entre os livros que me serviram de base para este estudo histórico-romântico, pede a gratidão que eu cite os preciosos *Excerptos históricos da guerra da Península* do meu excelente amigo o Sr. Cláudio de Chaby. É um livro abundantíssimo em notícias curiosas e até hoje ignoradas, e escrito muito agradavelmente. Este consciencioso e belo trabalho dá ao Sr. Cláudio de Chaby um lugar importante na nossa literatura histórica. (Nas quatro primeiras edições, dadas à estampa entre 1873 e 1874, esta nota surge na página final da obra, isto é, no final do último capítulo. Nota do Editor.)

I

O embaixador inglês

Era uma noite fria e chuvosa de Novembro de 1807. No largo da Ajuda, onde assobiava com fúria o vendaval, reverberava-se nos charcos produzidos pela água do céu o clarão das luzes que alumiam os salões e que se coava pelas vidraças. De vez em quando um vulto inquieto aproximava-se dos vidros e procurava descobrir alguma coisa na profunda escuridão do terreiro. Via apenas as árvores estorcerem-se debaixo do açoite da tempestade e, de vez em quando, o relâmpago cortar com a sua luz rápida e sinistra a escuridão nocturna. Voltava então para dentro e, através das vidraças, podia-se divisar ainda a sombra agitada de várias pessoas, que passavam e tornavam a passar por diante das janelas.

Não seria difícil imaginar o motivo da agitação dos habitantes dos régios paços da Ajuda a quem tivesse conhecimento dos acontecimentos que então se passavam na Europa e dos desastres que ameaçavam este pequeno reino ocidental. Napoleão chegara ao fastígio do seu poder; depois de ter destruído a Áustria em três campanhas sucessivas, a de Arcola, a de Merengo e a de Austerlitz, de ter humilhado

a Rússia em Eylau e em Friedland, de ter aniquilado a Prússia numa só batalha – em Jena, vira a seus pés a Europa, e ditara-lhe com orgulho a lei do vencedor. O tratado de Tilsit consagrava de um modo irreparável a humilhação da Prússia de Frederico; desmembrada, aviltada, exangue, a monarquia dos Hohenzollern parecia prestes a agonizar. Ao mesmo tempo Napoleão, estendendo a mão vencedora ao cavalheiresco Alexandre da Rússia, fascinando-o com a sua eloquência viva e original, repartia com ele verdadeiramente o mundo na jangada do Niemen. No horizonte brilhante de Bonaparte havia apenas um ponto negro: era a Inglaterra. Esse país tenacíssimo, senhor dos mares, abrigado por trás das suas esquadras invencíveis, zombava da raiva impotente de Bonaparte, e com o seu oiro forjava-lhe a cada instante novos obstáculos no continente. O grande imperador concebeu então a agigantada ideia de a proscreever da comunhão dos povos civilizados, de a isolar nas suas ilhas e de a fazer morrer de *spleen* e de fome, junto das suas fábricas atulhadas de produtos sem consumo.

Essa ideia foi a que ele realizou no célebre bloqueio continental. Mas, para que este bloqueio fosse eficaz, era necessário que nem um único porto estivesse aberto ao inimigo. Ora, a Inglaterra tinha nem mais nem menos do que toda a costa de Portugal para desembarcar as suas fazendas e fazer penetrar no continente os produtos da sua indústria.

Napoleão, porém, usando da sua sem-cerimónia habitual, entendeu que podia obrigar o nosso país a sair da neutralidade que adoptara e que podia impor-lhe uma atitude hostil à Inglaterra, sem outro pretexto que não fosse a sua vontade. Já nas suas negociações com a Inglaterra em 1806, Napoleão a ameaçava de invadir o nosso território; os nossos diplomatas julgavam isso uma ameaça sem significação, e não cuidava o nosso governo em se precaver contra perigos prováveis e próximos.

E entretanto Napoleão instava com o príncipe D. João para que aderisse ao bloqueio continental e repelisse os ingleses dos seus portos. O regente respondia com evasivas. Não era essa diplomacia impedimento que embaraçasse por muito tempo Napoleão, habituado a cortar estes nós górdios com a espada de Alexandre. Um dia impaciente-se, entendeu-se com a Espanha, então sua aliada e pronta sempre a aproveitar os incidentes que a aproximem da união ibérica. Talleyrand, ao mesmo tempo, por ordem de seu amo, aparentou energia com Portugal. O príncipe regente, assustado, conferenciou com o embaixador britânico e da conferência resultou a decisão seguinte: que se fechassem os portos aos ingleses e que fossem estes expulsos do reino sob pena de confiscação de seus bens. Julgava com isso o príncipe D. João açaimar as iras do imperador. Enganou-se. Nem Napoleão, nem Talleyrand, seu hábil ministro, eram homens que se deixassem iludir pelos ingénuos artificios da política anglo-portuguesa. O príncipe D. João, assustado pelas ameaças bruscas do imperador, viu-se obrigado a executar seriamente o que decretara para fingir obediência. Fez com que efectivamente saíssem do reino os súbditos ingleses, mandou os seus passaportes a lorde Strangford e chamou as milícias à beira do oceano para defender o reino contra os ataques do inimigo. Ao passo, porém, que assim procedia, causando sérios transtornos aos súbditos de Inglaterra, produzindo no reino uma crise monetária pela saída de avultados capitais, desguarnecendo as fronteiras de terra, sabiam todos que as suas simpatias estavam com a Grã-Bretanha, e que só o temor de ver contra si conjurados dois poderosos inimigos, a França e a Espanha, o obrigava a abandonar os seus antigos aliados. Desta forma, nem satisfez a França, que bem sabia que não era Portugal um aliado sincero com que se pudesse contar, nem a Inglaterra, que, se essa falsa situação se prolongasse, seria forçosamente prejudicada nos seus inte-

resses. Tristes resultados das políticas hesitantes e desleais!

Efectivamente, essas tardias condescendências não alteraram as resoluções do imperador. Ele, que daí a poucos anos havia de reunir a Holanda ao império francês, apesar de ser governada por seu irmão, porque não julgava Luís Bonaparte um fiscal bastante enérgico, decerto não se contentaria com a resignação de Portugal e encarregar-se-ia de fechar ele mesmo os nossos portos aos navios ingleses. O exército de Girona, comandado por Junot, recebeu ordem para marchar sobre Portugal, e o governo espanhol pôs em movimento três exércitos, comandados pelos generais Tarancos, Solano e Caraffa. Aterrado por estas notícias, o príncipe D. João mandou o marquês de Marialva ao poderoso imperador, a pedir a mão de uma das princesas da família imperial para seu filho primogénito, D. Pedro, que então contava apenas nove anos de idade. O marquês nem pôde passar para diante de Madrid: já as tropas de Junot estavam em Espanha. O nosso ministro voltou precipitadamente a Lisboa, aonde chegara no dia em que abrimos a nossa história.

No salão da Ajuda estavam reunidos os ministros, alguns fidalgos mais íntimos, o marquês de Marialva, D. Lourenço de Lima, o príncipe D. João e a princesa D. Carlota Joaquina. Todos se mostravam agitados. Lá fora o vento assoviava na ramaria desfolhada das árvores e a voz majestosa do trovão reboava de quando em quando.

— E o príncipe da Paz? o príncipe da Paz? dizia o pobre príncipe D. João, tão pouco fadado para a época tormentosa em que viveu. O que me aconselha ele?

D. Carlota Joaquina, sentada a pouca distância de seu marido, que se encostava a uma mesa doirada de pés torneados, encolheu os ombros e sorriu-se ironicamente.

— O príncipe da Paz, meu senhor, tornou o marquês de Marialva, entende que vossa alteza deve aceitar a aliança

do invencível imperador, receber os soldados que ele envia para protegerem as costas de Portugal contra os ingleses e auxiliar francamente a política do grande homem.

– Decerto, decerto! murmurou com voz tímida D. Lourenço de Lima, que fora o nosso último embaixador em Paris.

– Silêncio, D. Lourenço de Lima, interrompeu a princesa com a sua voz a que a pronúncia espanhola dava um timbre estranho, o corso lá soube fasciná-lo em Paris e transtornou-lhe completamente a cabeça.

– Como ao cardeal Caprara, que tão mal negociou a concordata, acudiu o principal Castro, um dos personagens presentes.

– Sr. principal Castro, respondeu D. Lourenço de Lima endireitando-se, não posso aceitar a insinuação. Desempenhei-me, a contento dos meus augustos amos, de todas as negociações de que fui encarregado; e nunca recebi um ceutil, nem directa nem indirectamente, das mãos de sua majestade o imperador dos franceses.

– Ninguém o acusa, D. Lourenço, interrompeu de novo D. Carlota Joaquina; é bom comediante o Sr. de Bonaparte, e recebe lições, segundo se diz, do seu amigo, continuou ela acentuando as palavras, o *histrião* Talma; representou bem o seu papel, segundo vejo, e D. Lourenço deixou-se embair pelas suas argúcias. Manuel Godoy não é assim, Manuel Godoy é uma criatura do corso, Manuel Godoy vendeu-lhe a sua alma, como lhe vendeu a Espanha, como nos quer vender a nós. Esses conselhos, que deu ao marquês de Marialva, não os siga vossa alteza, prosseguiu ela dirigindo-se a seu marido, não os siga, que se perde e nos perde.

– Mas o que hei-de fazer, minha senhora? O reino está desarmado; estamos pior do que estávamos em 1801! Vamos, senhores, falem, o que dizem, o que me aconselham?... Que situação, Virgem Santíssima! Que transe em que me vejo! Eu não sou para isto, eu não sou para isto!

— Está com saudades de Mafra, talvez, acudiu D. Carlota Joaquina com uma expressão desprezadora na voz.

— Estou, sim, minha senhora, estou com saudades de Mafra. Cada qual tem as suas predilecções. Vossa alteza gosta do bulício, dos cuidados do governo, das lutas da ambição; eu prefiro o repouso monástico. Se vossa alteza adora a tempestade, está servida a contento. Rodeia-nos por todos os lados e não vejo em parte alguma luz de salvação.

— Aceite vossa alteza os conselhos de lord Strangford, acudiu D. Rodrigo Coutinho, ministro da fazenda.

— Acautele-se, meu senhor, tornou por outro lado António de Araújo, acautele-se dos ingleses; vossa alteza bem sabe como eles nos têm traído. Lembre-se de 1777. A França e a Espanha ameaçavam-nos e o marquês de Pombal não encontrou no gabinete de St. James senão a mais completa indiferença. Lembre-se dos primeiros anos do reinado da augusta mãe de vossa alteza, a rainha nossa senhora; veja como eles desprezaram a nossa neutralidade na luta em que estavam empenhados por causa dos Estados Unidos. Meu senhor, Albion é a nova Cartago; como a dos antigos cartagineses a sua fé é a fé púnica.

— E a França é Roma? não é verdade, Sr. António de Araújo? acudiu a princesa, com um sorriso em que transparecia uma ironia pungentíssima. Cante-nos as virtudes republicanas; o seu amigo, Francisco Manuel do Nascimento, decerto em Paris lhe emprestou a sua lira.

— Mal podia cantar com a lira de Francisco Manuel as virtudes republicanas da França, minha senhora, respondeu friamente António de Araújo; a lira de Filinto Elísio não está afeita a cantar perseguições, e eu fui perseguido. As virtudes republicanas encontram em mim um tão entusiástico panegirista, como o podem encontrar em Francisco Manuel as virtudes da inquisição.

— Basta, António de Araújo, interrompeu o príncipe, basta; fale com mais respeito no santo ofício. Eu não sei,

não sei que Babilónia é aquele Paris, que nenhum dos meus ministros me volta de lá sem vir contaminado. António de Araújo e D. Lourenço de Lima trazem-me para cá ideias que me não quadram. E, no meio destas discussões intempestivas, ninguém me dá um conselho verdadeiramente sensato e oportuno. E ele sem vir! continuou o príncipe aproximando-se pela sua vez da janela, por cujos vidros escorria a chuva, e espreitando para fora. Com esta tempestade, nem se atreveu decerto a desembarcar.

A tormenta efectivamente não abrandava; a chuva caía em torrentes e o vento soprava cada vez com mais força. O Tejo a essas horas devia estar medonho. Se o príncipe esperava alguma visita de bordo de algum navio, era mais que provável que tivesse de esperar debalde. Foi esse também o parecer de D. João, porque encolheu ligeiramente os ombros com um gesto resignado e, deixando-se cair numa poltrona, escondeu o rosto nas mãos.

— Assim, entre tantos arbítrios que aqui se apontam, acudiu D. Carlota Joaquina sem se levantar, ficando apenas na mão a barba, e correndo com os olhos desdenhosos o grupo dos cortesãos, só não lembra o da resistência. Só não se aconselha ao príncipe que monte a cavalo, que chame às armas a sua nobreza e enxote do reino esses jacobinos que nos ameaçam! À fé que o não supunha! Ah! se isto fosse em Espanha, se fosse no meu país, sentia-me com ânimo de montar eu mesma a cavalo, e...

— E por que o não faz vossa alteza? acudiu D. João, erguendo-se com um movimento de cólera e começando a passear pela casa; sim, por que o não faz? Vossa alteza nasceu para essas folias. Imite Maria Teresa, ou então a actual rainha da Prússia; mas lembro-lhe que a rainha da Prússia não fez com as suas imprudências senão deitar a perder o reino de seu marido, que ficou reduzido ao que todos sabemos agora neste ano. De Maria Teresa não sei, porque não

sou lá muito forte em história, mas é natural que lhe sucedesse o mesmo.

— Não preciso de desempenhar esse papel, acudiu Carlota Joaquina no seu tom incessantemente irónico, estando vossa alteza, graças ao céu, vivo e são para se encarregar dele.

— É nisso que se engana, minha senhora, tornou ainda irritado o regente, eu não sou um herói. Se vossa alteza imaginou que vinha casar com algum Alexandre de Macedónia, enganou-se. Que o imperador dos franceses tenha por trono o selim do seu cavalo, não admira; foi no campo de batalha que ele conquistou a coroa, dá-se bem com aqueles ares, entende-se com aquelas coisas, faz muito bem em não sair de lá. Cada qual para o que nasceu, minha senhora. Ora não me dirão que figura faria eu, comandando uma batalha contra esse Junot que por aí vem? Era o mesmo que, se sua majestade imperial e real, o grande Napoleão, como diz ali o D. Lourenço de Lima, se fosse meter em Mafra a cantar o cantochão com os meus pobres frades. Saía-se mal da empresa, afianço-lho, a aí era eu que o batia tão completamente, como ele bateu em Austerlitz os dois imperadores. Pois o mesmo me sucederia a mim, se me fosse medir com o ínfimo dos seus generais.

Carlota Joaquina levantou-se, vibrou-lhe um olhar fulminante de desprezo e, sem dizer uma palavra, saiu da sala.

— Vai-te em paz, resmungou o príncipe regente, que não fazes cá falta; agora o costume que as mulheres têm de se meterem em política, já se vê, quando não são elas que respondem pelo resultado das suas tolices!... Maria Antonieta, ao menos, se arrojou Luís XVI ao cadafalso, partilhou o seu destino; mas esta, continuou ele, estendendo os grossos beiços bragantinos, de modo que indicasse, com um gesto familiarmente desdenhoso, o sítio por onde sua mulher saíra, esta, assim que me visse metido na arriosa,

fazia-me uma figa e punha-se em segurança. Ah! santa esposa! Pois não!

Estas palavras, como bem se pode imaginar, eram ditas em voz baixa, e só as ouviu, sorrindo vagamente, D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Os outros, porém, adivinharam-nas sem custo. O amor conjugal do príncipe D. João e de D. Carlota Joaquina era suficientemente conhecido.

— Mas, meu senhor, acudiu o marquês de Marialva depois de uma larga pausa em que D. João VI foi mais uma vez à janela e voltou a sentar-se desalentado, acalmada já a momentânea excitação que lhe tinham produzido os belicosos conselhos de sua esposa, mas, meu senhor, importa tomar uma decisão. Junot a estas horas deve estar bem próximo das nossas fronteiras.

— Valha-me Santa Bárbara! tornou o pobre príncipe. Vamos, António de Araújo, que aconselhas tu? Responde, sem que te deixes cegar lá pelas tuas predilecções pelos franceses.

— Meu senhor, tornou com certa altivez o interpelado, eu não vejo senão o bem do meu país e o serviço de vossa alteza.

— Bem, pois fala, fala!

— Meu senhor, vossa alteza aceitou as propostas do governo do imperador dos franceses, aceitou a ideia do decreto de Berlim e prometeu cooperar na empresa do bloqueio continental. Não discuto agora se o acto foi bom ou mau; sei que é um facto consumado, que está empenhada a sua palavra, que os súbditos ingleses foram mandados sair do reino, que lorde Strangford recebeu ostensivamente os seus passaportes. Portanto, o que se prometeu deve cumprir-se. Ora, se apesar da nossa evidente lealdade os exércitos franco-espanhóis violarem o nosso território, caía sobre esses governos a vergonha de tão atroz perfídia, a responsabilidade de todas as desgraças que sucederem, e

não nos restará senão apelar para o patriotismo do nosso povo e para o Deus de Afonso Henriques.

– Falas muito bem, António de Araújo, respondeu o príncipe sem se inflamar com a intimativa do seu interlocutor, falas como poeta; mas desçamos agora ao terreno da prosa. Queres então que me pronuncie aberta e francamente contra os ingleses? D. Rodrigo, tem aí a relação da esquadra do Tejo?

– Tenho, sim, meu senhor.

– Bom. Pois diga-me, quantos vasos temos em estado de navegar?

– Oito naus, meu senhor, respondeu D. Rodrigo, lendo um papel que tirou da algibeira, quatro fragatas, três brigues e uma escuna.

– Dezasseis ao todo. Diga-nos lá a força desses navios.

– Uma nau de oitenta e quatro peças *Príncipe Real*, quatro de setenta e quatro *Rainha de Portugal*, *Conde D. Henrique*, *Medusa* e *Príncipe do Brasil*, três de sessenta e quatro *D. João de Castro*, *Afonso de Albuquerque* e *Martim de Freitas*, a fragata *Minerva* de quarenta e quatro peças, a *Golfinho* de trinta e seis, e duas, cujo nome não vem mencionado, de trinta e duas, os brigues *Lebre* e *Voador*, de vinte e duas, o brigue *Vingança* de vinte, e a escuna *Curiosa*, de doze.

– Mais nada?

– Temos ainda, em conserto, a nau *Vasco da Gama*; temos também, mas incapazes de servir, a não ser que se lhes faça total conserto, as naus *S. Sebastião*, *D. Maria I* e *Princesa da Beira*, e as fragatas *Fénix*, *Amazonas* e *Pérola*. As fragatas *Vénus* e *Tritão*, essas, estão completamente arruinadas.

– Ora aí tem, António de Araújo, tornou o príncipe D. João com o grosseiro bom senso que o caracterizava; entende que nos podemos defender com os nossos dezas-

seis navios em bom estado, e os nove em ruína, contra as esquadras de lorde S. Vicente e de Sidney Smith?

António de Araújo abaixou a cabeça sem responder.

– Mas, meu senhor, acudiu D. Rodrigo Coutinho, aproveitando o ensejo, vossa alteza acaba de mostrar, com a sua perspicácia, o caminho que temos a seguir. Somos uma nação essencialmente marítima e colonial; a França, que não pode proteger as suas colónias, muito menos poderá proteger as nossas. E o que seremos nós sem o Brasil! Ponha vossa alteza os olhos na Holanda. Veja os males que lhe resultaram da sua íntima conexão com a França. Está perdido o seu vasto império ultramarino. Suceder-nos-ia o mesmo, meu senhor. E, com todas essas humilhações, vossa alteza não conseguiria salvar a coroa de sua augusta mãe. Não conseguirá a própria Holanda conservar a sua independência, apesar de ter por soberano o irmão do insaciável conquistador.

– Tem muita razão, D. Rodrigo, tornou o príncipe no mesmo tom em que respondera a António de Araújo, mas o exército franco-espanhol está à nossa porta, como em 1801, e é necessário repeli-lo como inimigo, ou aceitá-lo como aliado. António de Araújo, o que nos vimos nós obrigados a fazer em 1801?

– Uma paz desastrosa, meu senhor.

– E humilhante, podes acrescentar. Perdemos Olivença, quase sem termos trocado um tiro. De 1801 para cá, melhoraram as condições do nosso exército?

– Não, meu senhor.

– Mas, acudiu timidamente D. Rodrigo Coutinho, a lei de 6 de Junho de 1806?

– Ainda não recebeu nem princípio de execução, tornou António de Araújo.

Um lúgubre silêncio sucedeu a estas palavras.

Viram todos bem clara e bem patente a situação tristíssima de Portugal, a impossibilidade em que se achava o

reino de resistir ao poderoso inimigo que o ameaçava. A invasão francesa era o que mais se temia, era com efeito o perigo mais iminente e mais inevitável. D. Lourenço de Lima, aproveitando a impressão produzida, exclamou:

– E, meu senhor, eu que tratei de perto sua majestade o imperador dos franceses, posso afiançar a vossa alteza que esse grande homem, todo entregue à sua luta com a Inglaterra, não quer senão que os povos continentais o auxiliem sinceramente para a realização dos seus planos. Este exército, comandado por Junot, não tem outro fim senão o de assustar-nos, de nos separar definitivamente da aliança da Inglaterra.

– Se V. Exa. não tivesse aconselhado o contrário, acudiu D. Rodrigo Coutinho um pouco secamente, estariam agora ao nosso lado os dez mil ingleses que foram guarnecer a Sicília e que o general Lincoe e lorde Rossely nos ofereciam.

– Bastavam talvez, na opinião de V. Exa., acudiu D. Lourenço de Lima, para nos defenderem contra os soldados de Eylau e de Friedland?

– Bastassem ou não, acudiu António de Araújo com segura, não vejo que diferença haveria, para a nossa independência, entre os vinte e cinco mil soldados de Junot, que vem defender-nos contra os ingleses, e os dez mil ingleses que viriam defender-nos contra Junot.

D. Rodrigo de Sousa não respondeu. Estabeleceu-se de novo um profundo silêncio. As palavras de António de Araújo tinham produzido séria impressão em todos os espíritos. No meio do silêncio que se seguira ouviu-se rugir o vento com violência e a chuva bater com um som melancólico nos vidros das janelas.

O príncipe D. João enterrara-se de novo na sua poltrona e, apertando a cabeça com as mãos, dizia:

– Que hei-de fazer, Virgem Santíssima, que hei-de fazer?

– Aprender no livro da experiência, disse junto da porta uma voz grave com uma pronúncia estrangeira bastante acentuada, a distinguir os seus amigos dos seus inimigos, e a apreciar certas diferenças que o Sr. António de Araújo é tão remisso em conhecer.

Todos olharam para a porta. Junto dela um homem, branco e loiro, cuja fisionomia impassível era iluminada em cheio pelo clarão da sala, estava em pé, trajando a farda diplomática, mas calçando, em vez dos sapatos de sala, botas enlameadas. O seu olhar frio e penetrante cravara-se em António de Araújo com uma expressão severa, que não obrigou contudo o ministro português a desviar a vista.

O príncipe D. João é que, ao reconhecer o novo personagem, soltara um grito de alegria.

Era lorde Strangford, o embaixador inglês.